



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

SELEÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE BENS COMO PATRIMÔNIO

SELECTION AND REPRESENTATION OF GOODS AS HERITAGE

Bruno Ferreira Leite – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Angelica Alves da Cunha Marques – Universidade de Brasília (UnB)

Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho tem como tema o conceito de patrimônio. É decorrente de uma tese de doutorado. Traz alguns estudos, informações e reflexões em torno da seleção e identificação de bens como patrimônio e da sua “função” como instrumento de representação, visando à sedimentação de sentidos, cujo trabalho envolve contexto, cultura e comunicação. O objeto de análise é a função dos patrimônios como meios de representação. Tem como objetivo refletir e desnaturalizar dinâmicas de (des)valorização dos bens culturais, cujos reflexos implicam, facilitando ou dificultando, sua patrimonialização, preservação e comunicação. Tem como percurso metodológico uma abordagem qualitativa exclusivamente baseada em revisão de literatura. Conclui que os sentidos e valores são conferidos aos bens culturais, pois são historicamente selecionados e mobilizados por sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentidos. Portanto, consideramos que seria vão buscar nos objetos, em si, os seus sentidos, sendo eles (re)construídos por diversos esforços de mediação dos significados dos patrimônios, ou seja, pelas pessoas e seus interesses.

Palavras-chave: patrimônio; representação; cultura; preservação; comunicação.

Abstract: The work has the concept of heritage as its theme. It is the result of a doctoral thesis. It brings some studies, information, and reflections about the selection and identification of assets as heritage and their "function" as an instrument of representation, aiming at the sedimentation of meanings, whose work involves context, culture, and communication. Its object of analysis is the function of heritage as a means of representation. It aims to reflect on and denaturalize the dynamics of (de)valuation of cultural assets, whose reflexes imply, facilitating or hindering their patrimonialization, preservation and communication. Its methodological path is a qualitative approach based exclusively on literature review. Concludes that meanings and values are conferred to cultural goods, as they are historically selected and mobilized by societies and groups in the operations of production, circulation and consumption of meanings. Therefore, we consider that the meanings of objects are (re)constructed by various efforts of mediation of the meanings of heritage, in other words, by people and their interests.

Keywords: heritage; representation; culture; preservation.; communication.

1 INTRODUÇÃO

“Duas coisas bem distintas, uma é o preço, outra é o valor [...].”
(Música: O encontro de Lampião com Eike Batista, Banda: El Efecto, 2012).

Desde os tempos antigos, arquivos, bibliotecas e museus ocupam-se da guarda e preservação de objetos tidos como documentos, que passam à esfera principesca e, gradativamente, ao alcance do público e dos usuários de informação. Essas instituições se sobrepuseram em vários momentos históricos, desprovidas de atribuições claras nesse sentido, assim como os profissionais que nelas trabalhavam. Entre o propósito de salvaguardar a memória registrada em documentos e promover o seu potencial informativo, instituições, profissionais, pesquisadores, atores sociais e comunidades interagiram para preservar aquilo que representasse o seu passado, no presente e para o futuro. Competências, sentidos e interesses explicitaram-se e se camuflaram em objetos reconhecidos (ou não identificados) como documentos, numa teia de significados que perpassa gerações.

Na arqueologia dos saberes e poderes – para utilizar uma visão de Foucault (2005) – o fenômeno “documento” passou a ser objeto de estudo em diferentes momentos, por distintas disciplinas científicas, que o singularizam quanto aos seus métodos e o colocam em interfaces conforme olhares diversos. Assim, o patrimônio material alcança o documento e este o perfaz, inclusive registrando a sua imaterialidade, naquilo que lhe cabe. Objetos, natureza e documentos são, desse modo, centelhas de lembranças, cujos fragmentos passam a configurar versões de memórias, representadas, preservadas, difundidas e comunicadas nos artefatos que sintetizam (des)afetos que (signi)ficam na confluência do outrora e do devir.

Neste sentido, este artigo traz alguns estudos, informações e reflexões em torno da seleção e identificação de bens como patrimônio e da sua “função” como instrumento de representação, visando à sedimentação de sentidos, cujo trabalho envolve contexto, cultura e comunicação.

Nosso objeto de análise é a função dos patrimônios como meios de representação, uma vez que tivemos como objetivo promover uma reflexão (e desnaturalização) sobre as dinâmicas de (des)valorização dos bens culturais, cujos reflexos implicam, facilitando ou dificultando, sua patrimonialização, preservação e comunicação. Para tanto, optamos como percurso metodológico por uma abordagem qualitativa exclusivamente baseada em revisão de literatura.

Decorrente de uma tese de doutorado¹ – cujo objetivo foi analisar o que é, como é e para que fins a preservação é ensinada nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação – esta comunicação traz alguns estudos, informações e reflexões em torno da seleção e identificação de bens como patrimônio e das suas definições como representação de sentidos, entre contexto, cultura e comunicação.

2 O PATRIMÔNIO E AS SUAS DEFINIÇÕES

Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio foi apropriado e explorado em diversos contextos e discursos. Na prática científica, política, ou mesmo no dia a dia, a palavra patrimônio geralmente é usada com alguma adjetivação: “patrimônio genético”, “patrimônio histórico”, “patrimônio ambiental”, “patrimônio público”, “patrimônio privado”, “patrimônio documental” etc. Contudo, a definição de cada adjetivação é complexa e perpassa pela polissemia desse conceito tão carregado de significados.

Sua etimologia o remete ao latim *patrimonium* [*patrimōnium*] como um “conjunto de bens herdados do passado”, de acordo com o dicionário on-line Glosbe ([2020?]). O conceito de patrimônio também pode ser definido como “herança paterna”, “bens de família”, “quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade”, conforme registra o dicionário *on-line* Michaelis (DICIONÁRIO..., [2020?]). Ainda de acordo com essa última fonte, um exemplo adjetivado da palavra, patrimônio nacional, tem a seguinte definição: “todos os bens do domínio da União ou próprios nacionais: bens imóveis, material bélico, terrenos e acrescidos de marinha e outros.” (DICIONÁRIO..., [2020?]). No Dicionário de Latim Essencial, ou seja, numa fonte mais específica, Antônio Martinez de Rezende e Sandra Braga Bianchet definem *patrimonium* como “Patrimônio, bens de família. Herança” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 314).

Ao definir o verbete “Patrimônio Imaterial”, para o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, Letícia Costa Rodrigues Vianna diz que, na cultura ocidental moderna, o conceito de patrimônio geralmente se refere a uma gama de bens de grande valor para pessoas, comunidades, nações ou para todo o conjunto da humanidade (VIANNA, 2016). Nessa

¹ LEITE, Bruno Ferreira. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Orientadora: Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques; Coorientadora: Profa. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares. 2021. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

afirmação da autora, a ideia de patrimônio é ampliada, em vista do exposto anteriormente, não perdendo suas características originais e comuns de herança ou legado.

Em referências científicas, encontramos algumas ratificações das definições apresentadas nas obras supracitadas. Conforme Bojanoski (2018) nos confirma, o sentido original da palavra patrimônio, em latim, está ligado à ideia de herança e posses familiares transmitidas entre gerações e se associa ao sentido de propriedade. Já na contemporaneidade, o termo é usado com uma vasta e complexa gama de definições, tornando-se polissêmico, com múltiplos sentidos e significados (BOJANOSKI, 2018, p. 48-49). Assim, tanto as diferentes definições para patrimônio quanto suas adjetivações nos facilitam a compreender que até mesmo as diversas acepções do conceito, incluindo suas circunstâncias contextuais de tempo e espaço, reforçam o caráter cultural dos sentidos e significados atribuídos à palavra patrimônio (significante).

Intimamente relacionado à ideia de valor, o patrimônio atrela-se ao que estimamos, cuidamos e transmitimos. Nesse sentido, o empenho e a dedicação para a proteção de algo têm a proporção do que se valoriza. E, para entendermos as razões disso, talvez precisássemos até recorrer do Direito à Psicanálise, uma vez que a valoração pode passar pelas justificações mais objetivas, e formalmente legisladas, às motivações mais desconhecidas e subjetivas do inconsciente, sem desconsiderar a relação dialética do indivíduo com o seu meio. A mesma afirmação vale para compreendermos aquilo que não valorizamos.

Os bens patrimoniais sempre representam algo, justamente por eles não serem aquilo que representam. Logo, prestam um serviço de representação, e não de rerepresentação. Representação e rerepresentação são ações diferentes: a primeira é uma “tradução” ou “evocação” de algo que ocorreu no passado; e a segunda, algo que se apresenta novamente, na sua forma original. Nada se mantém em seu estado original. A mudança e a deterioração dos bens materiais é uma constante, seja mais lenta ou mais rápida. Contudo, essa afirmação serve mais para diferenciar as noções de representação e rerepresentação do que entrar nesse detalhe. Por isso, tanto a feitura quanto a preservação e a transmissão de bens patrimoniais são carregadas de tentativas de objetivação de algo (o que se representa), margeado por subjetividades.

Ao trabalhar sobre o processo de atribuição de valor que tornam os documentos de arquivo patrimônio, Ozana Hannesch (2013) lembra que, para tanto, tais documentos devem ser identificados com valores de referência para indivíduos e grupos sociais. Esses valores

podem representar uma comprovação, uma comemoração, um traço identitário, demonstração de poder, lembranças etc.

A instrumentalização da noção de patrimônio pelo Estado, assim como a ideia de “nação”, tem como um de seus marcos a Revolução Francesa, no final do século XVIII. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2009), o histórico e o artístico, nesse caso, passam a assumir uma dimensão instrumental, sendo utilizados na construção de uma representação de nação. Sobre esse período, a autora nos lembra de que, como prática social, a seleção e proteção de patrimônios estão referenciadas em um estatuto jurídico próprio, que serve para legitimar a gestão, pelo Estado e em nome da sociedade, de determinados bens selecionados com base em certos critérios, que variam no tempo e no espaço. Eis aqui uma das raízes históricas da apropriação do conceito de patrimônio em razão de uma ideia de nação, ou melhor, de patrimônio nacional. Não por acaso, esse período, marcado pela Revolução Francesa, deu origem ao primeiro Arquivo Nacional (os *Archives Nationales de France*, em 1790), sendo referência para muitos países do mundo, inclusive para o Brasil, que teve o Arquivo Público do Império, hoje Arquivo Nacional, criado aos moldes da instituição francesa, em 1838.

Observa-se, assim, que a emergência da noção de patrimônio nacional se deu no contexto da formação dos Estados-nações e da ideologia do nacionalismo. Já as concepções mais contemporâneas desse tipo de patrimônio, geralmente evocado como patrimônio cultural, indicam algumas alterações e a influência de organismos internacionais e de comunidades locais para a sua definição (FONSECA, 2009).

Há, portanto, uma permanente disputa pela definição do conceito de patrimônio e suas evocações adjetivadas. Disputas que não se limitam à dimensão teórica e repercutem no gerenciamento do patrimônio enquanto objeto de políticas públicas, institucionais etc. Em decorrência disso, mudanças conceituais e práticas indicam uma progressiva apropriação política do tema por parte da sociedade, o que culminou em conflitos em torno de uma prática tradicionalmente exercida pelo Estado (FONSECA, 2009). Vale ressaltar que, se o patrimônio é público, esse mesmo público deve fazer parte de sua seleção, preservação e deve ter acesso a ele, para assim perceber-se, de fato, representado.

A própria ideia de patrimônio é decorrente da cultura e, dessa forma, passa por modificações e é objeto de disputa conceitual. Em suma, a cultura humana elabora conceitos e definições para operacionalizar a sua realidade, como o próprio conceito de patrimônio.

Conforme afirma Ozana Hannesch (2013), esse conceito foi modificado ao longo da história e, na atualidade, é apresentado como um dos definidores de uma cultura.

De acordo com Augustin (2017), o patrimônio cultural é constituído por meio das práticas culturais, dos saberes e seus produtos, aos quais valores e significados são atribuídos e que nos remetem a uma coletividade, à necessidade de sua preservação e de sua transmissão para o futuro, a partir de um sentimento de identidade e pertencimento atrelado aos valores e significados que relacionamos a esses bens.

No meio científico, geralmente o patrimônio é subclassificado a partir de alguns termos adjetivadores, tais como natural e cultural, que se ramificam em classes menores. Os bens culturais materiais são tradicionalmente divididos, a partir da Revolução Francesa, em móveis e imóveis (BOJANOSKI, 2018). A autora cita, como bens materiais móveis, suportes como osso, madeira, papel, disquetes, metais etc.; e, como bens materiais imóveis, edificações, bens integrados, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos.

Como referências para essas subclassificações, temos a literatura científica e, principalmente, documentos conhecidos como cartas patrimoniais, recomendações, resoluções e manifestos. São deles que, geralmente, partem tais concepções e subclassificações de patrimônio. E, nessa pesquisa, temos como principais referências os documentos que foram exarados pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – e suas instituições parceiras, por considerarmos o papel relevante dessas instituições para a promoção e proteção dos patrimônios, enquanto organismos internacionais influentes em diversos países.

Em 1964, foi elaborada a Recomendação de Paris, em decorrência da 13ª Conferência Geral da UNESCO, passando a ser conhecida como um marco na promoção da ampliação do conceito de patrimônio cultural. Esse documento define o que são bens culturais, alargando o conceito de patrimônio cultural e o considerando como um importante legado para a compreensão e o aprendizado sobre o que representam. Pela primeira vez, arquivos e bibliotecas foram incluídos como constituintes do patrimônio cultural em uma recomendação da UNESCO (HANNESCH, 2013).

Em 1972, no contexto das discussões da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente, a UNESCO assumiu a preservação dos bens naturais, tendo, na sua Convenção Geral do ano supracitado, um marco significativo ao incluir a categoria de

patrimônio natural em sua agenda, a partir das seguintes características: monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas, locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional para a ciência, conservação ou beleza natural, etc. (IPHAN, 1972). O documento também assinala a existência do aspecto natural e cultural do patrimônio, além de ter influenciado a noção de patrimônio mundial da humanidade, cuja preservação deveria ser garantida a partir da cooperação da comunidade internacional (BOJANOSKI, 2018).

Em 2003, a Convenção Geral da UNESCO contemplou a categoria de bens culturais intangíveis ou bens culturais imateriais, que estão relacionados às práticas, representações e expressões culturais etc. O documento resultante dessa convenção promoveu o redimensionamento do conceito de patrimônio cultural, incorporando a noção de sua imaterialidade (BOJANOSKI, 2018, p. 57).

No Brasil, o conceito de patrimônio cultural é contemplado na Constituição Federal de 1988 (em seu Capítulo III - da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção II - Da Cultura), ao alcançar os bens de natureza material e imaterial em cinco categorias: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, as edificações e os demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, grifo nosso). A Carta Magna ainda determina o compartilhamento das responsabilidades sobre a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro entre o poder público e a comunidade. Mais especificamente, atribui à Administração pública a gestão dos documentos públicos e o acesso à eles.

O texto explicita uma tipologia de bens que podem vir a ser selecionados como patrimônio pelo poder público e, conseqüentemente, protegidos por ele. À luz de Fonseca (2009), chamamos a atenção para questões além da definição científica e da solução técnica ou burocrática, para a seleção e proteção do patrimônio brasileiro, seja de projeção nacional ou regional, pois isso não foi especificado.

Podemos relacionar a parte do texto constitucional sobre a colaboração da comunidade com o poder público na promoção e proteção do patrimônio brasileiro à perspectiva da representação, apresentada anteriormente. Se a comunidade, que também é produtora de cultura, participa da proteção de parte de seus bens, é desejável que isso resulte

na seleção de bens que representem mais fielmente tais comunidades e, dessa forma, propiciem a construção de uma relação de identidade com o patrimônio, mediante a adesão afetiva (dessas comunidades) para a sua efetiva proteção (dos bens selecionados e identificados como patrimônio).

O reconhecimento do que é seu, do que se produz e do que lhe representa é objeto de discussões fervorosas nos dias atuais. A decisão de qual monumento será exposto em praça pública, em diversos momentos, é alvo de conflitos e manifestações. O mesmo pode ser visto em casos de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)² e em casos de declarações de interesse público e social de arquivos pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)³, a exemplo do que ocorre com outras instituições envolvidas direta ou indiretamente na seleção e/ou proteção do patrimônio cultural brasileiro (o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, dentre diversas outras instituições de âmbito nacional, regional ou local).

Entendemos, portanto, que todo patrimônio pode ser percebido como uma centelha de lembranças, um fragmento que representa algo. A noção de patrimônio traz em seu bojo a ideia de fragmento e nunca de totalidade, uma vez que sua própria seleção é um ato de sua criação (HOLLÓS, 2006, p. 29). Porém, a ideia de seleção não está presente apenas no processo de definição do que é patrimônio, como diz a autora. O processo anterior à seleção, ou seja, a produção e a intensificação (quando há) do esforço de preservação desse bem também são atos de seleção.

3 O PATRIMÔNIO COMO UMA REPRESENTAÇÃO

Os bens patrimoniais recebem a função de representar algo e são protegidos e preservados em razão do valor que possuem para indivíduos e sociedades, o que nos leva a refletir sobre os interesses que fazem com que bens ora “comuns” sejam identificados como “patrimônio”. A sua seleção, por lógica, tem algumas finalidades, como proteção do bem, sua comunicação, valorização daquilo que ele representa. As ações voltadas à sua proteção, comunicação e representação decorrem de decisões em espaços de disputa. Não é raro, com

² Para saber mais sobre isso, leia: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2009.

³ Sobre isso, veja quais os arquivos brasileiros são declarados pelo CONARQ: <http://conarq.gov.br/arquivos-declarados.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

relação a patrimônios públicos – estátuas, por exemplo –, que saibamos de pessoas que os elogiam e de pessoas que os criticam negativamente. Essas seleções também dividem “corações”, identidades, intenções, versões e poderes.

Em seu potencial representativo (e informativo), o patrimônio, sempre fruto da cultura, em suas manifestações materiais ou imateriais, é assim concebido em consequência de sua seleção, em dado contexto, direcionado a servir de herança cultural para a preservação de lembranças que remontam à memória e à identidade de pessoas que a ele tenham acesso, contribuindo para a formação da sociedade (AUGUSTIN, 2017). Como nos lembra a estudiosa, os patrimônios culturais são resultados e indícios do conhecimento humano “[...] capazes de promover a inclusão social e um sentimento de reconhecimento, de pertencimento a um lugar, classe ou ideologia” (AUGUSTIN, 2017, p. 36-37).

O medo da perda por vezes justifica a preservação do patrimônio. Contudo, precisamos ser críticos e entender que nem todo legado cultural deve nos dizer como construir nosso presente e direcionar o futuro, pois eles podem “simplesmente” servir para nos alertar sobre como não devemos proceder. Isto também é aprendizado que parte da nossa herança cultural: analisar o que não deu certo para evitar os mesmos erros. Eis a dimensão pedagógica da seleção, preservação e comunicação dos nossos patrimônios.

Percebida a importância da representação para o reforço da valoração do patrimônio, vale um empenho maior para compreendê-la como uma prática tão naturalizada. Para compreender melhor o papel da representação e sua relação com a construção, manutenção e destruição de patrimônios, recorreremos ao conceito de representações sociais, que, de acordo com Angela Arruda (2002), tem raízes na Sociologia e presença marcante na Antropologia e na História das Mentalidades.

Uma representação social não corresponde a uma cópia, a um reflexo ou a uma imagem fotográfica da realidade, mas sim como uma tradução da realidade, uma versão desta. Ela está em constante transformação, como o objeto que tenta representar, ou seja, é dinâmica, é móvel (ARRUDA, 2002), pois a representação depende de comunicação. Mesmo um monumento estático em uma praça ou uma manifestação cultural silenciosa estão comunicando algo e a interpretação de quem observa torna a representação possível, dinâmica e particular. A representação é, portanto, objeto de disputa por uma interpretação da realidade. Por isso, na tentativa de seleção de patrimônios, há a esperança de sedimentar uma leitura, uma versão, mas a estabilidade da interpretação sobre um bem não depende

somente dele, mas de muitas variáveis e envolve, novamente, contexto, cultura e comunicação.

Segundo Arruda (2002), a definição de representação social mais consensual entre os pesquisadores do campo é a de Denise Jodelet: “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22). Como um saber de senso comum, ou um saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento diferente do conhecimento científico, segundo a autora, é tida como seu objeto de estudo, devido à sua importância para a vida em sociedade e para o entendimento de processos cognitivos e de interações sociais. Eis o papel político, orientador e instrumental do patrimônio.

Para Arruda (2002, p. 139) e para Jodelet (2001), devemos fazer três perguntas importantes quando estudamos sobre representações sociais: “quem sabe e de onde sabe?”, “o que sabe e como sabe?” e “sobre o que sabe e com que efeitos?”. Se refletirmos sobre o patrimônio como um meio de representação e rememoração por essência, percebemos que o bem valorizado em questão foi estruturado com algum fim e serve como agente estruturante de certa lógica valorativa. Arruda afirma que (2002) essa dupla face no campo das representações sociais ressalta sua dimensão semântica que, estruturada, também tende a ser estruturante. Por isso, não podemos esquecer, ainda de acordo com a mesma estudiosa, que toda representação tem sua origem em um sujeito individual ou coletivo e se refere a algo. Esse sujeito é portador de contexto e intenções, e visa comunicar algo. Percebe-se, assim, a função simbólica e, ao mesmo tempo, prática da representação.

Segundo Jodelet (2001, p. 17-18), as representações sociais “[...] circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”. Tanto as instituições quanto as redes informais e a mídia intervêm na elaboração e na construção dessas representações, abrindo caminhos para processos de influência. Não é diferente no âmbito individual e familiar e na dimensão das políticas de preservação, em suas mais diversas dimensões e configurações.

Não por acaso, a comunicação tem importância primordial nos fenômenos representativos, pois, como a autora diz, “[...] ela é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações” (JODELET, 2001, p. 32). Ela lembra que, pelo fato

de a representação ser uma “reconstrução” de um objeto, pode conter defasagens, como distorções, suplementos e subtrações.

No âmbito da valoração e preservação do patrimônio, o processo de musealização é um dos exemplos mais claros desse esforço de representação. Ao ser incorporado pelo museu, o objeto passa pela musealização, que o valoriza. Ele é removido de seu contexto de origem (ainda que informações a seu respeito existam) e passa a fazer parte de outro, o museu. Com essa mudança de contexto e com a documentação, conservação e apresentação à sociedade, o objeto é imbuído de ser um representante de uma realidade, sendo ele mesmo ressignificado pela instituição museológica (AUGUSTIN, 2017, p. 80).

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998) resume bem a discussão aqui apresentada sobre a construção de sentidos em torno dos bens. Ao se referir a bens materiais, ele lembra que os atributos intrínsecos desses artefatos incluem apenas suas propriedades de natureza físico-química, ou seja, sua forma geométrica, seu peso, cor, textura, dureza etc. Nenhum atributo de sentido lhe é natural. Os sentidos são constituídos no seio das relações sociais em que eles são gerados, criando uma ilusão de autonomia e naturalidade dos artefatos. Contudo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados por sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentidos. Para o autor, seria vão buscar nos objetos os seus sentidos, (re)construídos por diversos esforços de mediação dos significados dos patrimônios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção e a identificação de bens que constituam patrimônio de uma instituição, comunidade, sociedade demandam a sua representação, pressuposto para a sua configuração como tal. A representação, por sua vez, torna-se objeto de disputa por uma interpretação da realidade, mediante a sedimentação de uma leitura, uma versão de valores atribuídos a esses bens. Contexto e cultura definem a representação, que é condicionada à comunicação daquilo que é representado.

Assim como a nomeação, a identificação, o reconhecimento de um documento, de um artefato não são naturais, a atribuição de sentidos aos bens adjetivados como patrimoniais também não o é. Meios de representação e rememoração por essência, os bens valorizados o foram com alguma finalidade, nas nuances entre o lembrar e o esquecer. Nessas vias de memória, delineadas pelo simbólico, bens representam o que deve (signi)ficar por gerações,

enquanto que aqueles que não são alcançados pela representação, estarão na outra face, no esquecimento.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

AUGUSTIN, Raquel França Garcia. **Políticas de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão: análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros na web**. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2017.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jan. 2021.

DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. [S. l.]: Editora Melhoramentos, [2020?]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GLOSBE. **Glosbe dicionário: todos os idiomas em um só lugar**. [2020?]. Disponível em: <https://pt.glosbe.com/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel**. Orientador Marcus Granato. 2013. 229 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2013.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

IPHAN. **Recomendação Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: [s. n.], 1972. Não paginado. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

JODELET, Denise. As representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise. **Representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, jun. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>. Acesso em: 19 jan. 2016.

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 512 p.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. Patrimônio Imaterial. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>. Acesso em: 22 jun. 2020.